



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2683 24/08/2023

CÂMARA APROVA MEDIDA PROVISÓRIA QUE REAJUSTA SALÁRIO MÍNIMO E AMPLIA FAIXA DE ISENÇÃO DO IR



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (23) a Medida Provisória 1172/23, que reajusta o salário mínimo e cria uma política de valorização dele por meio de aumentos reais vinculados ao Produto Interno Bruto (PIB). O texto aprovado também amplia a faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda. A gora a MP será enviada ao Senado.

A política de valorização real segue os mesmos parâmetros daquela que vigorou até 2015, ainda no governo da ex-presidenta Dilma Rouseff: reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação positiva do PIB de dois anos antes.

Imposto de Renda

Outro tema incorporado à MP 1172/23 é o reajuste da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que consta da MP 1171/23. Assim, os rendimentos isentos aumentam de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00, podendo chegar a R\$ 2.640,00 mensais.

Fundos e contas no exterior

Já a tributação sobre rendimentos de aplicações no exterior, trust ou fundos offshore, que também consta da MP 1171/23 e havia sido incorporada ao texto da Medida Provisória 1172/23, foi retirada após a votação de um destaque em Plenário.

Ao editar a MP 1171/23, o governo argumentou que a arrecadação adicional serviria para cobrir a renúncia fiscal com a correção da tabela do Imposto de Renda, embora as cobranças estivessem previstas para ocorrer somente a partir de 2024.

Vale ressaltar que a cobrança que deveria ser feita sobre esses investimentos em fundos no exterior, conhecidos também como "OffShores", não será feita da maneira como o governo apresentou e planejou, por conta de interesses particulares de grande parte do parlamento brasileiro, que representa uma minúscula parcela da população que visa apenas o enriquecimento e a perpetuação da desigualdade econômico-social.

GOVERNO INSTALARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAR A NEGOCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

O presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, representantes das demais centrais sindicais e de servidores públicos cobraram do governo federal a instalação de um Grupo de Trabalho (GT), que irá discutir a regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo governo Lula em 2010, e que falta ser regulamentada. A convenção 151 assegura aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público nas esferas municipal, estadual e federal do Brasil, o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva.

Em reunião nesta segunda-feira (21), em Brasília, Sérgio Nobre apresentou às reivindicações dos servidores e a necessidade da instalação do GT à ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. A ministra respondeu que houve dificuldades no trâmite e apresentou uma minuta para que o GT seja instalado em breve, mas que o documento ainda precisa da assinatura do presidente Lula, que está em viagem à África do Sul.

O Grupo de Trabalho será formado por representantes das centrais sindicais, dos ministérios do Trabalho, Gestão, Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência e dos governos estaduais e municipais.

(Texto completo no site do Sintsef-CE)

LUTO

#Pesar

É com muito pesar que informamos o falecimento do nosso filiado da Funasa, Francisco Luzomar Fontenelle.

Nosso mais profundo sentimento à família e aos amigos.

COMPANHEIRO LUZOMAR, PRESENTE!

‡ 23/08/2023

SINTSEF
 SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ESTADO DO CEARÁ



Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO